

As partes da oração na tradição gramatical do Tupinambá/ Nheengatu

Cristina Altman

Universidade de São Paulo

altman@usp.br

Data de recepção do artigo: 31-05 -2012

Data de aceitação do artigo: 23-07-2012

Resumo

O presente texto descreve parte da tradição gramatical do Tupinambá/Nheengatu e a utilização do modelo greco-latino das 'oito partes da oração', tal como proposta por seus autores, ao longo dos séculos XVI-XIX. Os materiais de análise e o quadro temporal de trabalho são aqueles definidos pelo *Documenta Grammaticae et Historiae. Projeto de Documentação Linguística e Historiográfica* (Altman & Coelho 2006, coords.), desenvolvido pelos pesquisadores e alunos do *Centro de Documentação em Historiografia Linguística* (CEDOCH) da Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: Gramáticas brasileiras – gramáticas missionárias – Tupinambá – Nheengatu – partes da oração

Abstract

The text describes partially the Tupinamba/ Nheengatu grammatical tradition and the application of the Greek-Latin model of 'eight parts of speech', as proposed by their authors, along the 16th-19th centuries. The material of analysis and the time framework are those defined by the *Documenta Grammaticae et Historiae. Linguistic and Historiographic Documentary Project* (Altman & Coelho 2006, coords.), developed by the researchers and the students of the *Center of Linguistic Historiography Documentation* (CEDOCH) of the University of São Paulo.

Keywords: Brazilian grammars – missionary grammars – Tupinambá language – Nheengatu language – parts of speech.

1. Introdução

Um dos desafios do historiógrafo das tradições linguísticas latino-americanas é tentar reconstruir e, se possível, explicar, o caminho por que percorreu o estudo de certas tradições linguísticas, como, por exemplo, o das línguas autóctones americanas, que foram subestimadas (para não dizer excluídas, em uma interpretação mais forte) da historiografia linguística canônica, pelo menos até a segunda metade do século XX. A tarefa de estabelecer o registro dessas tradições não é, de fato, óbvia. Há um paradoxo inicial que consiste em buscar ideias e práticas linguísticas latino-americanas em um período anterior mesmo à existência de uma identidade latino-americana. Mas é justamente este processo de construção de uma unidade territorial, política e linguística que serve de pano de fundo para a historiografia que aqui se esboça.

Nesta direção, o presente texto procura descrever parte da tradição gramatical do Tupinambá/ Nheengatu e a utilização do modelo greco-latino das 'oito partes da oração', tal como proposta por seus autores, ao longo dos séculos XVI-XIX. Os materiais de análise e o quadro temporal de trabalho são aqueles definidos pelo *Documenta Grammaticae et Historiae. Projeto de Documentação Linguística e Historiográfica* (Altman & Coelho 2006, coords.), desenvolvido pelos pesquisadores e alunos do *Centro de Documentação em Historiografia Linguística* (CEDOCH) da Universidade de São Paulo.

Em conformidade com a proposta do *Documenta*, fixamos como *corpus* as primeiras edições das gramáticas e vocabulários pertencentes à tradição linguística em foco. Estabelecida em formato texto e em formato imagem (www.fflch.usp.br/dl/documenta), a base de textos sobre a qual incidiu o presente estudo consiste em: Anchieta 1595, Figueira 1621, *Vocabulário da Língua Brasileira* (VLB) (=Ayrosa 1938[1622]); Códice 69 de Coimbra; Anônimo 1795 (=Ayrosa 1934[1795]), Faria 1858, Dias 1858, Hartt 1937 [1872], Couto de Magalhães 1876, Sympson 1877 e Rodrigues 1890. No caso de Hartt 1872, foi escolhida a edição posterior, de 1937, por ser a tradução em português do texto em inglês.

Quanto à periodização, consideramos dois grandes blocos: o primeiro, correspondente à literatura denominada missionária, situada entre 1549, ano da chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, e 1800, ano da edição espanhola do *Catálogo* de Lorenzo Hervás y Panduro (1735–1809) que, ao compilar exhaustivamente a produção gramatical

jesuítica, constituiu um precioso banco de dados descritos sob um 'mesmo' molde. Com efeito, a prática missionária de registrar as línguas nativas americanas, as africanas e as asiáticas em forma de vocabulários e gramáticas, que seguiam o modelo das oito partes do discurso, possibilitou a Hervás, trezentos anos depois das primeiras descrições dessas línguas, compará-las, classificá-las, e colocá-las em perspectiva histórica. Tarefa perfeitamente viável, já que a concentração de jesuítas expulsos de todos os territórios espanhóis e portugueses em Roma a partir de 1759, onde já se encontrava Hervás, significou também a concentração privilegiada, em um único lugar, de trezentos anos de *know how* de descrição gramatical.

O segundo período, aqui denominado como o das 'expedições científicas', está centrado no século XIX e consiste, principalmente, do trabalho feito por estudiosos de botânica, geologia, ou militares, sertanistas, folcloristas, interessados, enfim, em resgatar em alguma medida elementos culturais da nação no período pós-independência.

Nos parágrafos que se seguem, discorre-se sobre o contexto de produção dessas gramáticas e vocabulários, sobre o perfil dos seus autores, sobre as formas de organização que imprimiram aos seus textos, com especial atenção à utilização que fizeram do chamado modelo das oito partes da oração.

1. O contexto da produção linguística

1.1 O contexto missionário: 1549–1800

Na América Portuguesa, ainda que seus interesses e os da América Espanhola fossem em grande parte coincidentes, a produção linguística deste período foi bastante desigual. As gramáticas da América Espanhola foram bem mais numerosas, certamente devido a uma política de ensino de línguas indígenas bem mais agressiva (cf. os três *Concívios Limenses* em 1551, 1567 e 1582–1583) do que a da América Portuguesa, cujos interesses estavam, neste momento, mais a Oriente. Observe-se, ainda, que a cidade do México possuía imprensa própria desde 1539 (Sedola 1994: 86) e Lima (= *Ciudad de los Reyes*) já contava com uma Universidade desde 1551, com uma cátedra de língua indígena desde 1580 e, desde 1582, também com imprensa própria (Cerrón-Palomino 1997: 198).

O Brasil, ao contrário, só teria sua própria casa impressora no início do século XIX, e uma cátedra para o estudo do Tupi antigo só no século XX. Não é de se estranhar, pois, que, das eventuais centenas de

línguas originalmente existentes em território português nos séculos XVI e XVII (Rodrigues 1993, 1994), só tenhamos tido a descrição gramatical de duas delas, como é sabido: do Tupi (=Tupinambá), elaboradas pelos jesuítas José de Anchieta (1534–1597), e Luís Figueira (1575–1643) e do Kiriri, elaborada pelo também jesuíta Luis Vincencio Mamiani (1652–1730) (cf. Anchieta 1595; Figueira 1621 e Mamiani 1877 [1699]), todas escritas em português e publicadas, pela primeira vez, em Portugal¹.

Guardadas as devidas proporções, é razoável imaginar que, para ambas as Américas, tanto a Espanhola quanto a Portuguesa, as línguas locais das várias nações americanas também fossem alvo de curiosidade por parte dos europeus e, em consequência, objeto de coleções, ao lado de plantas, animais, costumes e instituições ‘exóticas’ (cf. a extensa literatura dos viajantes, elencados em Gimenes 1999). Sem dúvida, o domínio de todas essas línguas era indispensável ao sucesso da empresa colonial, o que favoreceu a implantação de uma série de medidas que visassem ao conhecimento (e, por extensão, ao controle) da heterogeneidade linguística das Colônias (Altman 2003). Na medida em que os missionários foram sentindo a necessidade de também documentar a dialeção das Línguas Gerais, ao longo do século XVII e início do século XVIII, bem como a diversidade das línguas regionais e locais, várias outras gramáticas de outras línguas sul-americanas surgiram nos mesmos moldes. O *Catálogo* de 1800 do jesuíta Lorenzo Hervás (1735–1809) menciona 218 designações diferentes, relativas a línguas e a dialetos que hoje situaríamos no território sul-americano (Parada 2002). É um número respeitável. Em três séculos, a empresa missionária colonial acumulara informação sobre a diversidade linguística americana o suficiente para notar o quanto poderia haver de ‘afinidade’ e de ‘divergência’ entre as línguas: na pronúncia, no vocabulário e, nos termos de Hervás, também no seu ‘artifício gramatical’.

1.2 *O contexto do Segundo Império*

¹ Há referências a um trabalho conjunto dos P. José de Anchieta e P. Manuel Viegas (1533-1608) sobre a língua dos índios *maromomi* (= *maromemim*, *marumimi*, *guarumimim*, *guarulho*) de que não restou cópia (Rodrigues 1998: 61).

Já o que se verifica no século XIX, é uma diversificação dos interesses envolvendo o registro das línguas do Brasil, embora a motivação política pareça ter sido também uma das determinantes. Com efeito, o século XIX foi um momento importante para a institucionalização de uma identidade brasileira e de tudo o mais que isso envolvia: o delineamento das fronteiras geográficas e políticas do país; o reavivar do interesse pela sua história colonial; a coleta e o estabelecimento de uma literatura representativa da sua língua oficial, o Português Brasileiro e, não menos importante para essa geração, a solução de uma vez por todas, da questão indígena, i.e., da sua integração definitiva na sociedade ‘civilizada’.

As atividades dirigidas à implantação dessas políticas foram em grande parte organizadas pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), criado em 1838 pelo Imperador D. Pedro II (1825-1891), e cuja principal missão era dar suporte à pesquisa sistemática sobre a história do Brasil, dos seus habitantes e do seu território, e promover reuniões regulares em que seus associados comunicavam suas descobertas. Não por acaso, pois, no rastro da criação do IHGB, emergiu um significativo interesse pelas línguas brasileiras que se traduziu, muitas vezes, na reedição de seus textos clássicos, assim como das gramáticas e dicionários produzidos pelos missionários – entre outras, a segunda (1874) e terceira (1876) edições de Anchieta, além de uma nova edição de Figueira (1687) – e uma leva de expedições científicas que produziram materiais originais, tais como aquelas levadas a cabo por Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Batista Caetano (1826-1882), Couto de Magalhães (1837-1898), Charles Hartt (1840-1878), Karl von den Steinen (1855-1929) e Paul Ehrenreich (1855-1914).

Essa busca de afirmação da cultura brasileira está pautada em uma política declarada do governo, ilustrada claramente pela criação do IHGB e pelas iniciativas daqueles que em torno dele gravitavam. D. Pedro II organizou, por exemplo, nesse período, por influência de Hartt, uma expedição denominada *Comissão Geológica Imperial*; Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) dedicou seu dicionário ao IHGB, como «merecida homenagem pela atenção que taes estudos lhe tem merecido, pela solicitude com que os promove e pela benevolencia com que os acolhe» (Dias 1858: XV). Já Pedro Luiz Sympson (1840-1892) dedicou sua gramática ao Imperador D. Pedro II, como forma de demonstrar sua devoção e patriotismo ao descrever a língua indígena.

Esses autores estavam, portanto, de algum modo, vinculados ao governo e à sua política de valorização da cultura brasileira.

Não por acaso, pois, o IHGB logo se tornou uma instituição pivô não apenas para a implantação de estratégias do governo, mas também para a organização de áreas do conhecimento percebidas como inter-relacionadas: Geografia, História, Arqueologia e Etnografia. Sendo as línguas um relevante ponto de contato entre essas áreas, era quase inevitável que emergisse, neste momento, um nicho para uma linguística de campo brasileira, não como uma disciplina autônoma, mas como uma área de pesquisa relacionada aos estudos históricos sobre os povos indígenas. Essa espécie de linguística indígena iria se expandir nos anos subsequentes, mas bastante afastada do prestigioso campo da filologia portuguesa que se desenvolvia em paralelo no Colégio Pedro II, também criado no Rio de Janeiro, em 1837–1838.

Neste contexto, as línguas indígenas deveriam ser aquelas preferencialmente estudadas, preservadas e classificadas, uma vez que, conforme a expectativa da época, seriam elas que revelariam a história dos seus falantes, suas origens e suas rotas de imigração (Varnhagen 1841:57). A questão dos negros, embora consistisse uma parte igualmente importante na equação da integração racial brasileira, foi deixada de lado pelos intelectuais da época que gravitavam em torno do IHGB. Regra geral, não havia particular interesse em se conhecer as línguas africanas que entraram no país através do ainda ativo comércio escravagista; pelo contrário, os documentos que consultei revelaram um silêncio de pedra sobre assuntos relativos à presença dos negros no país.

Por um lado, esta política abriu espaço para um trabalho linguístico pragmaticamente orientado: a construção de uma história brasileira dependia da coleta e do estabelecimento de dados etnolinguísticos, e isso foi positivo. De outro, entretanto, ela teve um efeito perverso. Trazer o homem primitivo para a civilização implicava em propiciar que todos, brancos, índios, mestiços, tivessem acesso a uma única língua de comunicação. Em vez de servir de estímulo para o estudo das dezenas de línguas que sobreviveram no interior do país, o que aconteceu foi que o estudo e a codificação do Tupi (a que todas as outras línguas tinham que ser comparadas e 'reduzidas') prevaleceram ainda uma vez. Na prática, isso significou a concentração maciça da pesquisa nos radicais tupis (incluindo os dos seus dialetos) e no seu vocabulário. Foi a emergência de um

movimento a que a geração seguinte pejorativamente se referiria como a nossa *Tupimania* (Ehrenreich 1892).

2. A língua descrita

Vale observar que o termo Língua Geral, assim como as designações Tupi e Guarani, cobriram referentes diferentes ao longo do tempo. Nos dias de hoje, considera-se o Tupi uma das variedades da 'língua mais falada na costa do Brasil' nos séculos XVI e XVII, que é associada por Rodrigues (1994, 1996) à *Língua Geral Paulista* (LGP), uma língua derivada do Tupi antigo, utilizada na colonização do sul e do sudeste do país, i.e., São Paulo, Minas Gerais, sul de Goiás, Mato Grosso e norte do Paraná (v. também Preziosa 2000). A LGP está completamente extinta hoje e, ainda de acordo com Rodrigues (1994, 1996), o único documento suficientemente representativo que dela restou é um dicionário de verbos, de autor desconhecido, publicado por Martius no seu *Glossaria* (1969 [1867]: 99-122).

O que se chamou Tupinambá, também falado ao longo da costa brasileira durante os séculos XVI e XVII – Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo – foi a variedade registrada nas gramáticas de Anchieta (1595) e Figueira (1621). Essa variedade teria originado, mais ao norte, a *Língua Geral Amazônica* (LGA), a língua dos portugueses colonizadores da região amazônica, conhecida hoje como o *Nheengatu* (Couto de Magalhães 1876, Rodrigues 1996, Bessa Freire 2004). Do ponto de vista contemporâneo, portanto, o antigo Tupi (sécs. XVI-XVII), o Tupinambá (sécs. XVII-XVIII), a Língua Geral Paulista (sécs. XVII-XVIII) e o *Nheengatu* (sécs. XVII-XVIII) são variedades históricas e geográficas do mesmo subconjunto de línguas da família Tupi-Guarani, aquela que foi disseminada ao longo da costa brasileira do Atlântico, do sul até a região amazônica.

O resto do país, até o século XIX, era uma grande *terra incognita* onde viviam os pouco conhecidos Tapuias, que não falavam línguas do tronco Tupi. A aceitação do projeto colonial, a cooperação nas guerras contra os espanhóis e a disposição de se tornar cristão foram os critérios principais que separavam os Tupi (amigos) dos Tapuia (inimigos), da perspectiva dos portugueses, evidentemente. Embora fortemente estereotipada, essa divisão dupla entre os Tupis e Tapuias pode, de certa maneira, ser considerada a primeira classificação dos índios brasileiros, um primeiro princípio

organizatório de uma realidade percebida como extremamente heterogênea.

Em suma, durante o período colonial, foram essencialmente missionários católicos os produtores desses compêndios gramaticais, ao passo que, durante o Segundo Império, proliferaram autores de algum modo vinculados às políticas do novo Estado em formação, tanto é que, se no período colonial, os descritores da língua foram, na sua maioria, portugueses, já no século XIX houve apenas brasileiros e europeus não-lusitanos conduzindo a descrição gramatical do Tupi, do Tupinambá e do Nheengatu.

O contexto missionário, de um lado, e o do cientificismo e nacionalismo, de outro, destacam-se, portanto, como relevantes para a configuração desses dois tipos de produção gramatical.

3. Os agentes e as obras

3.1 *A produção missionária*

3.1.1 Apesar de Anchieta ser, a rigor, espanhol, uma vez que nasceu em Tenerife, em 1534, sua educação foi portuguesa. Estudou em Coimbra entre 1548 e 1551 (Rodrigues 1997: 373) e, enquanto no Brasil, desde os 19 anos, sempre se reportou ao ramo português da Companhia de Jesus, até sua morte, em 1597. Fundador da escola jesuítica de São Paulo de Piratininga em 1554, beatificado pelo Papa Paulo II em 1980, Anchieta é conhecido como gramático, poeta, dramaturgo e historiador.

A Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil, de 1595, publicada em Coimbra por Antonio Mariz, e a primeira dedicada ao Tupinambá, é uma *arte* pedagógica que não observou estritamente todos os critérios exigidos pela elaboração das *artes* do seu tempo, que consistiam, primordialmente, em apresentar os aspectos considerados fundamentais de uma língua, com clareza didática e objetividade. Por 'aspectos fundamentais' pode-se entender aqueles veiculados pela tradição gramatical latina, que Anchieta seguiu, de fato, mais livremente.

É bastante provável que Anchieta tenha conhecido a gramática espanhola de 1492, de Elio Antonio de Nebrija (1441/44-1522) e, pelo menos, duas das antigas gramáticas portuguesas, a de 1540, de João de Barros (1496-1570), e a de 1574, de Pêro de Magalhães Gândavo (m. *post* 1579). Nas palavras de uma de suas leitoras mais perspicazes,

Edith Pimentel Pinto (*apud* Drumond 1990: 9-10), Anchieta nunca mencionou o gramático latino mais seguido do século XVI, Quintiliano (c. 35 – c.95 A.D.), assim como outros gramáticos da época, como Fernão de Oliveira (1507-*post* 1581). Mas o fato de ensinar e compor em Latim, como Anchieta costumava fazer, além do uso frequente da terminologia gramatical e das expressões em Latim na sua gramática – levantei ali, ao todo, 140 expressões latinas – tudo isso nos autoriza a inserir sua *arte* no molde latino.

A gramática de Anchieta circulou em forma de manuscrito desde 1556 para a instrução de missionários na escola jesuítica da Bahia (Drumond 1990: 9) e foi publicada apenas em 1595. Logo depois da sua morte, entretanto, foi substituída pela gramática de 1621 de Figueira, considerada mais de acordo com os cânones latinos. A *arte* de Anchieta só se tornaria novamente objeto de interesse a partir do século XIX, quando foi reeditada por Julio Platzmann, em Português e Alemão.²

3.1.2 O missionário português, Luis Figueira, nasceu em Almodóvar, em 1574 ou 1575, e morreu no Brasil, na Ilha de Marajó, em 1643. Entrou para a Companhia de Jesus em Évora, em 1592, onde se educou conforme os cânones da *Ratio Studiorum*. Sabia Latim muito bem, como esperado, Grego e, provavelmente, segundo alguns de seus biógrafos, também Hebraico. Chegou ao Brasil em 1602 e trabalhou nos anos seguintes em várias escolas jesuíticas na Bahia, Pernambuco e Maranhão. Em 1620, recebeu a permissão eclesiástica, como exigido na época, para publicar sua própria gramática na língua do Brasil: a *Arte da lingua brasilica*, de 1621, foi, então, escrita, quando a atuação dos jesuítas se espalhou para os estados do Norte, Maranhão e Grão Pará (Barros 1994), e foi publicada pela primeira vez em Lisboa, por Manoel da Silva. A *Arte* de Figueira recebeu edições sucessivas³, mas, a mais conhecida foi a segunda, de 1687, reimpressa

² 2ª ed., 1874 por Julio Platzmann. Leipzig: B. G. Teubner; Ed. alemã, 1874: *Grammatik der Brasilianischen Sprache, mit Zugrundelegung des Anchieta*. Herausgegeben von Julius Platzmann, Riter des Kaiserl. Brasilianischen Rosen ordens. Leipzig: B. G. Teubner; 3ª ed., 1876, ed. fac-similar por Julio Platzmann. Leipzig: B. G. Teubner; 4ª ed., 1933, fac-similar. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; 5ª ed., 1946, fac-similar. São Paulo: Anchieta; 6ª ed., 1980, fac-similar. Salvador: UFBA; 7ª ed., 1990, fac-similar, com apresentação de Carlos Drumonde acréscimos do P. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola; Ed. Espanhola, 1999. Madrid: Ediciones de Cultura Hispanica: Agencia Española de Cooperación Internacional: BN, UNESCO Ediciones.

³ 2ª ed., 1687, *Arte de grammatica da lingua brasilica*. Lisboa: Miguel Deslandes; 3ª ed., 1754, *Arte de Grammatica da lingua do Brasil*. Lisboa: Miguel Deslandes; 4ª ed., 1795,

por Platzmann em 1878 com um título diferente, enquanto que a primeira edição, de 1621, com vários erros de impressão (Navarro 1995), permanece, até o momento, inédita. O interesse pela edição de 1621 é ainda vivo, acrescente-se, não só porque consiste em um registro do Tupinambá daquele momento, mas também porque é o único testemunho da ortografia original de Figueira que nos restou. A terceira edição de 1754 desapareceu totalmente, provavelmente por ação oficial, uma vez que foi publicada justamente por ocasião do *Diretório Indígena* (1755) do Marquês de Pombal (*alias* Sebastião José de Carvalho e Melo, 1699-1782), que proibiu o ensino das línguas indígenas nas colônias do Maranhão e Grão Pará.

3.1.3 O *Vocabulario na Lingua Brasílica* de 1622 (=VLB), anônimo, manuscrito português publicado em 1938 pelo tupinólogo brasileiro Plínio Ayrosa (São Paulo: Departamento de Cultura, 435 pp.), também conhecido como *Dicionário da Lingua Brasílica* (cf. Leite 1938: 552-553)⁴, é um dos poucos documentos – além das gramáticas de Anchieta e Figueira – que descrevem a língua do Brasil dos séculos XVI e XVII. Trata-se de um vocabulário Português-Tupi de 8 mil entradas que elenca animais, plantas, partes do corpo, casa, cozinha,

Arte da Grammatica da lingua do Brasil por José Mariano da Conceição Vel[oso] [1742–1811]. Lisboa: Officina Patriarchal; 5^a ed., 1851[-52], *Grammatica da lingua geral dos indios do Brasil*, reimpresso pela primeira vez neste continente depois de tão longo tempo de sua publicação em Lisboa, oferecida a S. M. Imperial... / por João Joaquim da Silva Guimarães. Bahia: M. Feliciano Sepúlveda; 6^a ed., 1878, *Grammatica da Lingua do Brasil* por Julio Platzmann. B.G. Teubner: Leipzig; 7^a ed., 1880, *Arte de grammatica da lingua brasílica* por Emilio Allain. Rio de Janeiro: Lombaerts & C.; 8^a ed. alemã, 1899, *Der Sprachstoff der brasilianischen Grammatik des Luis Figueira nach der Ausgabe von 1687* por Julio Platzmann. Leipzig: B. G. Teubner.

⁴ O manuscrito português editado por Plínio Ayrosa, também conhecido como manuscrito Felix Pacheco, ou manuscrito da biblioteca Mário de Andrade (São Paulo), não é o único testemunho do vocabulário Tupi do século XVII. Temos também referências do manuscrito de Coimbra (Aryon Rodrigues, comunicação pessoal); do da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que, de acordo com Ayrosa, é idêntico ao Felix Pacheco; do manuscrito do Museu Britânico, ed. por Ernesto Ferreira França in *Chrestomathia da Lingua Brasílica*, vol. II da Bibliotheca Linguística; vol III da Bibliotheca Braziliense. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859 (Ayrosa 1938 [1622]: 46), além dos dois volumes editados por Carlos Drummond: o *Vocabulário na Língua Brasílica*, de 1952 [1938] (2^a ed. revista e comparada com o Ms. Fg., 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa, por Carlos Drummond). *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas* (Etnografia Tupi-Guarani 23), nº137. 1o vol. (A-H). São Paulo; e o de 1953 [1938] *Vocabulário na Língua Brasílica* (id.). *Boletim da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas* (Etnografia Tupi-Guarani 24), nº138. 2º vol. (I-Z). São Paulo.

hábitos, vestuário, pesca, guerra, religião, doenças, superstição, sexo, parentesco, tempo, enfim, a vida colonial (v. Gimenes 1999, e Ayrosa 1938 [1622], em www.fflch.usp.br/dl/documenta). Obra de referência, complementar à gramática e ao catecismo, para os missionários que precisassem aprender a língua da terra, é considerada por Ayrosa 1938 [1622] como o Tupi falado na região de São Paulo/ São Vicente.

3.1.4 O *Diccionario Portuguez-Brasiliano e Brasiliano-Portuguez*, (=Ayrosa 1934 [1795], reimpr. integral da edição de 1795, seguida pela sua 2ª. edição até então inédita, org. e prefaciada por Plínio Ayrosa. São Paulo: Imprensa Oficial, 319 pp.) foi publicado pela primeira vez em Lisboa, em 1795, na Oficina Patriarchal, provavelmente pelo naturalista brasileiro Frei Jose Mariano da Conceição Velloso (1742–1811), a partir de um manuscrito anônimo de 1751 (Ayrosa 1934 [1795]). Da edição portuguesa de 1795 consta apenas a seção Português-Brasiliano; a edição brasileira de 1934, preparada por Ayrosa, apresenta também a segunda parte, Brasiliano-Português, que até então só podia ser lida em manuscrito.

A autoria do manuscrito de 1751 que deu origem ao *Dicionário* foi duvidosa até a publicação, pela *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, em 1891, da *Poranduba Maranhense* de Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres do Maranhão (1790–1852). No apêndice do livro, para «dar uma curta notícia sobre a língua falada na região», Frei Prazeres listou um *Diccionario da lingua geral do Brasil* [Brasiliano-Português], de um certo Frei Onofre, «... antigo missionario dos indios, entre cujas obras manuscriptas eu o descobri na livraria do Convento de Santo Antonio do Maranhão.» (Ayrosa 1934 [1795]: 16). De acordo com Ayrosa, este Dicionário Onofre de 1891 é exatamente o reverso do Dicionário Velloso de 1795, com as mesmas palavras. Frei Onofre é, pois, o autor do que se convencionou chamar a *Primeira Parte do Dicionário Português-Brasiliano*, publicado por Frei Velloso in 1795 e por vários outros autores ao longo do século XIX.⁵

⁵ De acordo com Ayrosa (1934 [1795]: 19ss), houve várias reproduções parciais do manuscrito de 1751 atribuído a Frei Onofre: no *Vocabulário da língua Geral uzada hoje em dia no alto Amazonas*, de 1852; (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 17, p. 533); no *Diccionario da Língua Geral dos Índios do Brasil*, reimpr. e acrescentado de vários vocabulários e oferecido a Sua Majestade Imperial por João Joaquim da Silva Guimarães, da Bahia (Typ. de Camillo de Lellis Masson, 1854); no *Diccionario da língua tupy chamada língua Geral dos indígenas do Brasil* de Gonçalves Dias (Leipzig: F. A. Brockhaus, 1858); no *Glossaria linguarum brasiliensium* de Martius (Erlangen Druck von Junge e Sohn, 1863, 2º. vol. do seu *Beiträgezur Ethnographie*

3.1.5 A *Gramática da Língua Geral do Brazil. Com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita Língua* (=Códice de Coimbra 69, 407 pp.) é o último documento colonial do presente *corpus*. É um conjunto de trabalhos – gramática, dicionário, catecismo – de, provavelmente, mais de um autor e de, pelo menos, dois escreventes (Edelweiss 1969). Não há dele modernas edições, à exceção de Magalhães 1981, ainda inédito⁶.

3.2 A produção do Segundo Império

3.2.1 O *Compendio da Língua Brazilica para Uso dos que a ella se quizerem dedicar. Elaborado, Compilado e Offerecido ao Exmo. E Rvmo. Senr. D. Joze Affonço de Moraes Torres, bispo resignatario desta Provincia, por F.R.C. de F. Coronel Reformado do Exercito, Lente da respectiva Cadeira no Seminario Episcopal por Mercê Imperial* (Belém: Typ. de Santos & Filhos), de 1858, do Cel. reformado do exército Francisco Raimundo Corrêa de Faria(?-?), circulou nas cidades de Belém e Manaus na segunda metade do século XIX como um instrumento auxiliar das políticas missionária, militar, administrativa e pedagógica da época (Bessa Freire 2004: 13). De fato, Cel. Faria foi comandante, em 1842, do Forte de Marabitanas, no Alto Rio Negro, onde aprendeu a Língua Geral para comunicar-se com os índios que trabalhavam nas obras militares. Assumiu a cadeira de Língua Geral no seminário de Belém, sendo seu segundo e último

Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens (Leipzig: Friedrich Freischer, 1867); no *Vocabulário dos índios Cayuás* (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 19); no *Diccionario anonymo da língua Geral do Brasil* (reimpr. Fasimilar da ed. de 1795, e ed. conversa de Platzmann, 1896).

⁶ O códice 69 de Coimbra é parte de um conjunto de manuscritos pertencentes à Universidade de Coimbra, listado Francisco Morais no seu *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos ao Brasil*. De acordo com Magalhães (1981: 84-85), além do Códice 69, os seguintes documentos são relevantes para aqueles interessados nos estudos Tupis: Códice 81 – *Diccionario da Língua geral do Brazil que se falla em todas as Villas, Logares e Aldeas deste vastíssimo Estado*, escrito no Pará (1771); Códice 94 – *Diccionario da Língua Brasília*; Códice 148 – ‘Miscelânea’, onde se encontra um estudo sobre *Significados de alguns termos e phrases da língua brasileira*. Códice 601 – *Carta de Felipe III relativa à evangelização do Brasil pelos padres da Companhia de Jesus* e Códice 1089 – *Doutrina Christian. Em lingoa geral dos índios do estado do Brasil e Maranhão, composta pelo Pe. Philippe Betendorff, traduzida em lingoa irregular, e vulgar uzada nestes tempos*.

regente. Faria é, ainda, o autor do inédito *Diccionario completo da língua túpyca*, cujos originais estão perdidos (Bessa Freire 2004: 13; Faria 1858, Prefácio: I)

Seu compêndio gramatical, que teve como ponto de partida o *Vocabulário da Língua Indígena Geral para o uso do Seminário Episcopal do Pará*, precedido de um esboço gramatical, do Pe. Manoel Justiniano Seixas (Belém, 1853, *apud* Bessa Freire 2004: 13; cf. também Faria 1858, Prefácio: I), retoma a tradição jesuítica, principalmente Figueira 1687, e se organiza claramente a partir do modelo latino das 8 partes do discurso. Quanto à variedade linguística que registrou, observe-se o comentário de Hartt:

O Coronel Faria, de Óbidos, publicou em 1858 um folheto de 28 pp., intitulado *Compêndio da Língua Brasileira*, escrito para uso do mesmo Seminário; mas é curioso que se baseie num dialeto falado no alto Rio-Negro, muito diferente da Língua geral, como é pròpriamente chamada, e não intelegível (*sic*) no Amazonas. Êsse compêndio, inseguro sob vários respeitos, mostra, contudo, que aquêlê dialécto conserva algumas formas importantes da estrutura do velho Tupí, do tempo em que se tornou absoluto no Amazonas. (Hartt 1937 [1872]: 309)

3.2.2 Antônio Gonçalves Dias nasceu em 1823, no Maranhão. Filho de um português com uma mestiça, desde os sete anos tomou aulas em casa e trabalhou no armazém de seu pai. Em 1835 foi retirado do balcão para frequentar aulas de Latim, Francês e Filosofia. Com a recomendação do professor, seu pai decidiu mandá-lo concluir os estudos na Universidade de Coimbra, para onde viajou em 1838. Graduou-se em 1844 e, em 1845, retornou ao Maranhão. No ano seguinte, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se tornou professor de Latim e História do Brasil no Colégio Pedro II. Nesse período, escreveu crônicas, críticas e folhetins literários para jornais. Nomeado oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros em 1852, partiu para a Europa em 1854, a fim de estudar métodos de instrução pública. Conheceu na Alemanha o editor Brockhaus, que publicaria parte de sua obra, inclusive seu *Diccionario da Língua Tupi*. Voltou ao Brasil em 1859 e fez uma série de viagens pela Amazônia, chefiando a seção de etnografia da Comissão Científica de Exploração, criada pelo governo para estudar os recursos da região norte. Morreu em 1864, em um naufrágio, nas costas do Maranhão.

O *Dicionário da Língua Tupi chamada Língua Geral dos Índigenas do Brasil* de 1858 [F. A. Brockhaus, Livreiro de S. M. o Imperador do Brasil]⁷ resultou de uma encomenda feita ao autor pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que lhe havia solicitado uma 'Memória' acerca dos índios do Brasil. Nesta Memória, caberia ao autor tratar dos aspectos morais e intelectuais das tribos, tarefa que não poderia ser realizada, na sua visão, sem o conhecimento prévio da língua. Baseando-se em trabalhos anteriormente publicados – e não em trabalho de campo – Dias procedeu à compilação de termos 'Tupis', e a dedicou ao Instituto (Dias 1858: Prefácio: V-VI).

O valor documental do *Dicionário* é controverso, mas, sem dúvida, o trabalho circulou amplamente entre os intelectuais brasileiros, ainda que tenha gerado, talvez, mais ressalvas que elogios.

As principais críticas dirigidas ao *Dicionário* resultam dos anacronismos linguísticos ocasionados pela heterogeneidade das fontes consultadas. O *Dicionário* de Dias seria uma miscelânea de dialetos de lugares e épocas diferentes, com forte presença do tronco amazonense do Nheengatu: cf. Edelweiss (1969: 189), para quem o dicionário é «...uma mistura indiscriminada de todas as palavras tupis respigadas [...] em diversos manuscritos, sem distinção de região ou tempo e acrescida de alentada série de erros de cópia e impressão.» (V. também Bueno 1983: 347).

Seja como for, as críticas sugerem o impacto do *Dicionário* de Gonçalves Dias neste contexto e, neste sentido, é um importante documento de um período em que se procurou valorizar o índio e a

⁷ Após a primeira edição (1858), só se encontram novas publicações da obra no século XX, sobretudo em sua segunda metade. Há uma reprodução de parte dos verbetes das letras K e M do dicionário, publicada na *Revista de Língua Portuguesa* (10: 157-162, 1921). Em 1959, foi publicada reprodução fac-similar da primeira edição, na *Poesia completa e prosa escolhida* de Gonçalves Dias (Rio de Janeiro: José Aguilar, pp. 845-912), sem respeitar o formato e a disposição tipológica alemã, «considerada a melhor por ter sido feita sob a direção do poeta» (p. 842). Em 1965 e 1970 foram feitas novas reproduções fac-similares das linhas da primeira edição, que tampouco respeitaram o formato e a disposição tipográfica, publicadas com o título: *Dicionário da Língua Tupi chamada Língua Geral dos Índigenas do Brasil* (Rio de Janeiro: Livraria São José). Estas duas últimas reproduções são idênticas, exceto pelo fato de que a mais recente (a de 1970) apresenta a xérox da capa original (de 1858) do Dicionário. Mais adiante, encontramos reproduções do Dicionário em 1983, no apêndice do *Vocabulário Tupi Guarani*, de Francisco da Silveira Bueno. (São Paulo: Nagy); 1998 (Rio de Janeiro: José Aguilar), e, por fim, 2000 (São Paulo: Martins Fontes).

cultura brasileira ‘primitiva’ como os delineadores de uma identidade nacional singular, e como objeto de estudo científico, o que alçará as questões indígenas, para as gerações posteriores, a um outro patamar.

3.2.3 Canadense de nascimento, Charles Frederick Hartt (1840–1878) foi geólogo, paleontólogo e naturalista especializado em geologia brasileira. Conhecia bem Latim, Grego, Hebraico, Árabe, além de Francês, Inglês, Alemão e Português (Menezes 1878: 15). Em 1860, começou a trabalhar como assistente de Luis Agassiz (1817–1873) no Museu de Zoologia Comparada, da Universidade de Harvard. Agassiz é conhecido por ter estudado as eras do gelo e por ter sido um dos últimos cientistas a resistir às ideias de Darwin. Em 1865, os dois pesquisadores vieram ao Brasil na *Thayer Expedition*, em busca de provas que refutassem a teoria evolucionista. Hartt se encantou com o país e, posteriormente, fez mais quatro expedições para o Brasil, entre os anos de 1870 e 1878, durante as quais coletou dados sobre a terra e as pessoas, o que contribuiu para o conhecimento da flora, fauna, minerais, geografia, linguística e etnografia brasileiras.

Suas *Notes on the Lingoa geral, or modern Tupi of the Amazonas*, de 1872 – publicadas em português, em 1937, sob o título *Notas sobre a lingua geral ou Tupi moderno do Amazonas*, 1937⁸ – apareceu pela primeira vez no periódico *Transactions of the American Philological Association* (TAPA), fundado em 1869 e que é, ainda hoje, a publicação oficial da *American Philological Association* (APA). O trabalho resultou da observação direta e da coleta de vocábulos da língua falada no Amazonas em 1870 e 1871, com a ajuda de falantes nativos e intérpretes, e com a utilização de um alfabeto fonético. Nas palavras do autor:

⁸ A edição consultada, de 1937, única edição brasileira, tem 85 páginas impressas. Capa e contra-capas; *Explicação* [comentário do então Diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo García (305-306)]; *Notas sobre a lingua geral, ou tupi moderno do Amazonas* [análise da língua Geral e seus processos de evolução (307-317)]; *Frases* [frases em Tupi acompanhadas de traduções (319-381)]; *Conversa* [cita partes de conversas em Tupi, suas traduções, e converte o poema de Gonçalves Dias, “Canção do Exílio”, para o Tupi] (383-390). Ao que se depreende da leitura da *Explicação*, o que foi publicado em Nova York, em 1872, foi apenas a parte da obra referente às *Notas sobre a lingua geral ou tupi moderno do Amazonas*. A edição brasileira é que contém a segunda parte do trabalho intitulada *Frases e Conversação*.

Logo que me tornei um tanto familiar com a linguagem, tomei dos lábios dos nativos centenas de frases para ilustrar a estrutura da língua; finalmente, habituei dois de meus guias a ditarem diálogos, histórias, lendas, fábulas, etc. Tudo era escrito exatamente como era ditado e cuidadosamente corrigido com o auxílio do nativo uma e mais vezes. (Hartt 1937 [1872]: 309-310)

3.2.4 O General José Vieira Couto de Magalhães nasceu em Diamantina (MG), em 1836, e faleceu no Rio de Janeiro em 1898. Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, em 1859 e obteve o título de Doutor pela mesma faculdade em 1860. Foi presidente das províncias de Goiás, 1862, Pará, 1864, Mato Grosso, 1867 – que estava sob sua administração quando se deu a invasão paraguaia. Foram suas iniciativas as organizações da *Companhia Minas and Rio Railway* e a *Sociedade de Imigração São Paulo*. Além do interior do Brasil, viajou por grande parte da Europa e África. Produziu trabalhos em Linguística, Botânica, Etnologia e Antropologia, sendo considerado o iniciador dos estudos folclóricos no Brasil. Além do Nheengatu e do Português, conhecia Inglês, Alemão, Italiano, Espanhol e Francês.

O Selvagem – Trabalho preparatório para aproveitamento do selvagem e do solo por elle occupado no Brazil: O Selvagem. I. Curso da língua geral segundo Ollendorf comprehendendo o texto original de lendas tupis. II. Origens, costumes, região selvagem, methodo a empregar para amansal-os por intermedio das colonias militares e do interprete militar (Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876)⁹ – é resultado dessas suas longas viagens e explorações do Araguaia, durante as quais viveu cerca de doze anos entre índios, estudando suas línguas e hábitos, colhendo suas lendas e tradições e traduzindo-as para o português. (Câmara Cascudo 2003, Leite 1936)

⁹ Em 1874, foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* o texto *Região e Raças Selvagens, um Ensaio de Antropologia*, reproduzido na primeira edição de 1876, com alterações feitas pelo próprio autor; *O Selvagem*. 2ª. ed., 1913. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Magalhães [a obra original foi postumamente dividida em dois volumes independentes; essa edição contém apenas a segunda parte da edição de 1876, o texto em português das lendas tupis e, em apêndice, a conferência sobre 'Anchieta e as Línguas Indígenas' cf. Magalhães 1913:13]; 3ª. ed., 1935. São Paulo: Imp. Nacional; 4ª. 1940. São Paulo: Imp. Nacional; 5ª., 1975/6. Edição comemorativa do Centenário da 1ª. ed. Belo Horizonte/São Paulo Itatiaia/ EDUSP (Em apêndice o fac-símile da 1ª. edição de *O Selvagem* de 1876).

Elaborado a pedido do Imperador Pedro II para figurar na biblioteca americana da Exposição Universal de Filadélfia em 1876, comemorativa do Centenário da Independência Americana (Couto de Magalhães 1876: XVIII; Moreira 1975:7), o *Selvagem* é um trabalho antropológico que contempla aspectos culturais, econômicos, geográficos, linguísticos e mitológicos de povos indígenas brasileiros.

Na folha de rosto, o que se lê logo após o título, resume o espírito do momento:

Conseguir que o selvagem entenda o portuguez, o que equivale a incorporal-o á civilização, e o que é possível com um corpo de interpretes formado das praças do exercito e armada que falem ambas as linguas, e que se dessiminarião pelas colonias militares, equivaleria à: 1º. Conquistar duas terças partes do nosso território. 2º. Adquirir mais um milhão de braços aclimados e utilíssimos. 3º Assegurar nossas communicações para as bacias do Prata e do Amazonas. 4º Evitar no futuro grande effusão de sangue humano e talvez despezas colossaes, como as que estão fazendo outros paizes da America. (Couto de Magalhães 1876)

Couto de Magalhães compôs um livro prático sobre a língua e os costumes tupis, destinado a constituir um corpo de intérpretes bilíngues, capazes de promover a integração do índio na sociedade civilizada. Além do alcance pragmático, Couto de Magalhães tem consciência do eventual alcance científico das suas observações. Nos seus próprios termos:

Creio porém que, com os textos que ahi ficam impressos e traduzidos, attingí em grande parte ao fim pratico que o governo teve em vista com a publicação deste trabalho, que foi, como já disse, o de habilitar á aquelles que por necessidade ou interesse estão em contacto com o selvagem a ensinar-lhes o portuguez fazendo a leitura das lendas nas duas línguas. Além porém da utilidade pratica, ha questões scientificas de grande interesse para o estudo do homem, que serão altamente esclarecidas com o conhecimento dos textos que constituirão a litteratura tradicional do homem do período da idade da pedra, periodo em que se acha actualmente o nosso selvagem, e em que se não encontra o homem em outras regiões do globo. Como uma ordem dada pelo Exm. Sr. Duque de Caxias, ministro da guerra, me facilita os meios de colligir essa litteratura entre os soldados que são indigenas, eu proseguirei no trabalho de colleccional-as, ... (Couto de Magalhães 1876: 280-281)

Ainda que Hartt (1937 [1872]: 309-310) tenha procurado coletar frases do Nheengatu tal como as ouvia, foi Couto de Magalhães quem efetivamente concretizou, na emergente antropologia e linguística brasileiras, a observação direta como método de recolha de dados. Isso o levou a prestar particular atenção ao som e à sua representação escrita, que se propunha, pela primeira vez nessa tradição, fonética. Adotou para tal o alfabeto fonético de Magnus Lepsius e descreveu detalhadamente, na primeira parte do livro, as características fonéticas e prosódicas da língua, bem como as convenções que adotou para representá-las. Embora repute ao Conselheiro José Agostinho Moreira Guimarães, seu primeiro contato com o método Ollendorf, e a Joaquim Manoel de Macedo sua leitura da gramática de Ruiz de Montoya – *Arte de La Lengua Guarani* (1640) – os textos e comentários que permeiam suas lições gramaticais revelam-no um autor conhecedor não apenas da tradição descritiva do Tupinambá – refere-se às gramáticas de Anchieta, Figueira, aos dicionários, aos catecismos; aos trabalhos mais recentes como os de Faria e Gonçalves Dias – mas também das gramáticas do Kiriri, Quechua e do Guarani.

Traduzido e editado em Francês, Inglês, Alemão e Italiano (Alfaro 2004: 57), o livro causou impacto nos campos então incipientes da antropologia, etnologia e linguística brasileiras (Cf. Romero 1888). Pelo elenco de autores que citaram Couto de Magalhães, conforme Leite (1936), tem-se ideia do impacto, tanto positivo, quanto negativo, do seu trabalho entre seus contemporâneos e a geração que o sucedeu.

3.2.5 João Barbosa Rodrigues (1842-1909), segundo Romero (1888), foi um dos grandes propulsores do movimento de emancipação científica no Brasil, tanto nos estudos no campo da botânica quanto no da etimologia. No clássico *Poranduba Amazonense* (Rio de Janeiro, tipografia de G. Leuzinger & filhos, 1890, com tiragem de apenas 200 volumes)¹⁰, Barbosa Rodrigues publicou uma coletânea de lendas e canções em Nheengatu, com tradução interlinear ao português, seguida de tradução livre. Também publicou o *Vocabulário indígena comparado para mostrar a adulteração da*

¹⁰ Há uma edição moderna em 1961, publicada pela sociedade *Os Cem Bibliófilos do Brasil* que compõe uma das coleções do Museu Castro Maya.

língua (1892), publicado como complemento à *Poranduba* (Biblioteca Nimuendaju).

A *Poranduba* se compõe de 334 páginas sem ilustrações. Rodrigues (1890) considerou os dialetos que colheu como corrompidos, constituintes de uma língua «estropiada e desprezada.» Nas *Advertências* (I-XV), declarou seu objetivo de registrar as lendas indígenas para que não desaparecessem, assim como de apontar as modificações que a Língua sofreu, porém, não definiu a localização geográfica dos dialetos de que tratou, nem a das tribos indígenas que os utilizaram. No contexto da colonização portuguesa, Rodrigues ressaltou o papel dos missionários portugueses, espanhóis e franceses em elaborar, quase simultaneamente, gramáticas, vocabulários e compêndios de doutrina sobre as línguas nativas aos moldes das línguas europeias, como Anchieta, Figueira, entre outros. Esse processo, entretanto, é que teria dado origem, segundo ele, à corrupção das línguas nativas, na medida em que estas eram línguas sem tradição ortográfica, mais sujeitas, portanto, à interferência da variabilidade da fala e da língua materna dos seus vários descritores, de várias nacionalidades. Observe-se, inclusive, seu comentário sobre o aportuguesamento da língua:

O aportuguesamento da construção grammatical veio dos Missionarios, escrevendo a lingua, e de procurarem hoje os que a fallam construir suas phrazes e orações, segundo a indole da lingua de Camões. Só com um exemplo d'esta transformação de lingua dou a luz a este escripto, cujo fim é pedir, por minha vez, uma uniformidade na escripta, adoptando uma só orthographia. (Rodrigues 1890: XIV)

Essa visão retrospectiva negativa das diversas gramáticas do Tupinambá/ Nheengatu é resumida por Rodrigues em um quadro comparativo, em que uma lista de palavras em português e a respectiva tradução para a língua indígena ilustra as alterações que a língua teria sofrido desde Anchieta. (Cf. Rodrigues 1890, *Quadro: Em que se mostra a adulteração da língua pela pronuncia e pela orthographia*). (V. 4.2.6, adiante)

3.2.6 Pedro Luiz Sympson, também grafado Pedro Luís Simpson (1840-1892) nasceu na atual cidade de Manaus. Falava fluentemente o Nheengatu e recebeu educação formal nessa língua quando aluno do seminário de Belém, onde seu ensino foi obrigatório entre 1851 e

1863 (Bessa Freire 2004: 14). Seu trabalho como negociante e explorador lhe permitiu entrar em contato direto com as comunidades indígenas de sua região e com o Nheengatu. Entrou para a carreira política como deputado provincial conservador, em 1876, e foi um dos fundadores do *Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas* (IHGA), um dos símiles regionais que começavam a surgir no período, inspirados pelo *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Além da *Grammatica da língua brazílica geral, fallada pelos aborígenes das províncias do Pará e Amazonas* (Manaus: Typographia do Commercio do Amazonas, 1877)¹¹, é também o autor de um dicionário inédito do Nheengatu de mais de dez mil vocábulos. (Bessa Freire 2004: 14). O autor afirma ter se dedicado ao estudo do Nheengatu por ser verdadeiro patriota, comprometido com a missão de não permitir que a língua se extinga. Em declaração ao Imperador, o autor acrescentou:

...desvaneço-me em assegurar a V. M. Imperial que, a lingua do meu Paiz, com quanto ainda não esteja cultivada, não é pobre de vocabulos, é de facilcompreensão e digna de ser falada por todos os brasileiros". (Sympson 1877: Dedicatória: III-IV)

Sympson avaliou ser sua gramática diferente dos estudos que anteriormente se fizeram sobre o Nheengatu. Em sua perspectiva, sua obra acrescentaria o viés da filologia e do método gramatical que chamou de 'analítico' à tradição de estudos do Tupi/Nheengatu:

Nem os Anchieta, nem os Figueiras, Martius, Spix, Seixas e Farias, etc., estudarão a Lexicologia da lingua e penetrarão no genio d'ella para a reduzirem a um methodo grammatical analytico:[...] (Sympson 1877: Prólogo).

Com efeito, mesmo percebendo-se 'inovador', é interessante observar quem Sympson enumera como pertencente à tradição descritiva da língua que denomina *Brasileira* (ou *Brasílica*, ou Tupi, ou Nheengatu): Anchieta (1595), Figueira (1621), Vegas [?], Martius (1863), Spix (1823), Faria (1858), e Couto de Magalhães (1876), autor

¹¹ 2ª.ed., *Grammatica da língua brasileira: (Brasílica, Tupi, ou Nheengatu)*. Rio de Janeiro: Fernandes, Neiva, & Cia, 1925; 3ª.ed., 1926; 4ª. ed., [S.l.]: Comissão Brasileira de Estudos Patrios, [1930?]; 5ª. ed., *Gramática da língua brasileira Brasílica, Tupi ou Nheêngatu: uso didático superior*. Rio de Janeiro: Impressão do Jornal do Brasil, 1955; 6ª.ed., org. por Robério Braga, Manaus: Livraria Valer/ Edições Governo do Estado, 2001. A sexta traz na capa informação equivocada, de que se trata da quinta. (cf. também Bessa Freire 2004:14, em nota).

da epígrafe escolhida por Sympson (Cf. Sympson 1877:3). O grande número de reimpressões e reedições sugere ampla circulação da gramática na primeira metade do século XX, sobretudo.

4. As partes da oração como critério de análise e descrição da língua

Embora os missionários-linguistas da tradição gramatical em língua portuguesa não tenham explicitado o modelo que lhes serviu de referência – ao contrário dos seus colegas espanhóis que sempre renderam tributo explícito à Elio Antonio de Nebrija (1441/44-1522) – o que especialistas geralmente admitem (cf. Rosa 1995, Zwartjes 2002, Tashiro 2003) é que a principal referência dos missionários-linguistas da tradição portuguesa tenha sido o *De Institutione grammatica*, 1^a. ed de 1572, de Manuel Álvares, S. J. (1526-1582), escrita sob encomenda para a Ordem, embora não se possam descartar outras possibilidades, como a gramática de Johannes Despauterius (c.1460–1520), que logo substituiria a de Álvares na preferência dos jesuítas (Zwartjes 2002: 29). Seja como for, o modelo de gramática que regeu a tradição descritiva do Tupinambá – e que designaremos aqui, de forma genérica, como ‘modelo greco-latino de referência’ – é aquele que se erige em oito partes da oração: nome, pronome, verbo, participio, preposição, advérbio, interjeição, conjunção, basicamente o mesmo proposto por Donatus (metade séc. IV), Priscianus (final séc. V, início séc. VI), Nebrija (1981[1481]) e Despauterius (1528), embora não obrigatoriamente nesta mesma ordem de apresentação, nem com exatamente o mesmo número de ‘acidentes’ (Robins 1986; Colombat 1988).

4.1 Partes da oração na produção missionária

4.1.1 Do ponto de vista do número e hierarquia das partes de que se compõe a gramática, Anchieta (1595) é, relativamente, o mais livre em relação ao modelo latino de referência das oito partes da oração. Desenvolvida em dezesseis capítulos, sua gramática se inicia com um apanhado geral das letras, ortografia, pronúncia e acento (1r-9v), seguido da exposição das propriedades da morfologia dos *nomes* (9v¹-10v), dos *pronomes* (10v-17r) e dos *verbos*, de longe a parte mais extensa da gramática (17v-40r; 46r-58v), intercalada por uma enumeração das *preposições* (40r-46r). Não há capítulos especialmente dedicados aos *advérbios*, embora a eles se faça menção em vários pontos da gramática (cf. Anchieta 1595: 2r, 20v, 21v, 35r,

39r-v *et passim*). Adjetivos e substantivos são subclasses dos nomes e dos pronomes. *Artigos* designam, pela primeira vez nessa tradição, prefixos de raiz verbal distintos dos pronomes pessoais:

Todos os ver. Actiuos, & muitos neutros feconjugão com eftaspeffoas, as quæ chamamos articulosá differença das peffoas expreffas, que ão os pronomes,... (Anchieta 1595: 20v)

Não é claro o estatuto dos *participios*, propostos como equivalentes aos nomes verbais, e não há menção sobre as *interjeições* ou *conjunções* da língua.

O modo descritivo preferencial de Anchieta é o da observação das propriedades combinatórias das formas da língua, que toma como equivalentes ao modelo de partes da oração que lhe serviu (implicitamente) de referência. Assim, Anchieta não define o que seja um verbo, ou um nome, mas sim como se formam, na língua que descreve pela primeira vez, verbos, nomes, e demais partes da oração, donde a ocorrência relevante de termos, na sua *arte*, como ‘formação’, ‘composição’ e ‘construção’; ou ‘nascer’, ‘acrescentar’, ‘incluir’, ‘sofrer’, ‘perder’, ‘mudar’, com valor metalingüístico.

Observe-se, por exemplo:

Verbo (Anchieta 1595: 52r): “Os verbos alem das maneiras de compozição lobreditas fe compoem com algũas partes da oração & na conjugação não fe fas cafo lenão da vltima terminação...”

Nome

Os nomes não tem cafos *nẽ* números diftinctos faluo vocatiuo, com esta differença, a faber, q os que tem accento na vltima, nada mudão, vt *abá*, em todos os calos. Os que o tẽ na penúltima perdem a vltima vogal no vocatiuo, vt *túba*, *túb*... (Anchieta 1595: 9r)

Nome verbal (*Cf. Formação do Infinitivo; Modo Infinitivo*) (Anchieta 1595: 13v): “A todos os começados por, mi acrecentão, ce, inteiro quæz ão os verbaes, & outros que tambem parece que nacerão de verbo: hæc ferè.” (Anchieta 1595: 14r): “Os verbaes todos ão abfolutos tambem, ...” (*Cf. Particippio; Cf. Modo infinitivo*) (Anchieta 1595: 46v): “Os verbaes em, *ára*, como ão também participios adiectiuos conjugãofe como adiectiuos, ou subftantiuos, vt, *caguára*, bebedor de vinho.”

Composição dos verbais:

Os verbaes compoitos por li mefmos com outros no mefmo guardão a regra da compoição dos que tẽ o accento na penultima, mas tem differente fignificação, da que tem quando fao feitos verbos compoitos por que neftes ferue o nome de aduerbio & com effa fignificação fe fica, vt, *areco*, tenho *catû*, bem, *orecocatû*, tenho bem, & fic in reliquis verbalibus. Mas compondo o mefmo verbal, o *catû*, he nome, & fignifica, bom, & co effa fignificação ficão, vt, *morabucâra morabucacatu*, bõ trabalhador, i, trabalhador q he bõ homẽ... (Anchieta 1595: 52r)

Preposição (*Cf. Nome com preposição*) (Anchieta 1595: 40r): "AS præpoições fão poftpoições, porque fempre fe poftpoem aos nomes, lunthaeferẽ." (Anchieta 1595: 12v): "todas as præpoições præponuntur,..." (Anchieta 1595: 45v): "As præpoições quando fepon em abfolute fem cafo feruẽ de aduerbios."

4.1.2 Figueira (1621) inequivocamente estruturou sua gramática a partir do modelo padrão de oito partes da oração, o que a tornou sem dúvida mais didática do que a de Anchieta aos olhos dos missionários do século XVI. Leia-se o seguinte trecho da *Aprovação*:

Na ordem, & difpoição das coufas, que propoem, na clarefa das regras, & preceitos, que de nouo dá pera as formações dos verbos, & feus modos, & tẽpos; na mudança que faz de algũs delles, & outras coufas curiofas, que de nouo acrecentou, fica a obra muy proueitofa & curiofa; & **se deue ao P. Luis Figueira muito agradecimento, por facilitar com feu trabalho, .muito, que os que aprendem effa língua Brafilica costumão t[e]r não obtante a arte do P. Ioseph Anchieta, que por fer o primeiro parto ficou muy diminuta, & confufa, como todos experimentamos; [...]** (P. Manoel Cardoso, Figueira 1621: Aprovaçam 1-2, grifo meu)

Após a Aprovação e os Prólogos de praxe, segue-se a apresentação das 'letras' da língua (1r-2r), da morfologia nominal: números e casos (2v-6v); da morfologia verbal: conjugação dos verbos do artigo *a* (7r-13r), do verbo negativo (13r-19r), dos verbos do pronome *xe* (19v-28v), conjugação de alguns verbos irregulares (28v-34r) e da irregularidade de alguns 'verbos ativos' (34r-36r).

Apresentada a morfologia (nome e verbo), Figueira organiza as formas da língua em: nome (36v-46r), que subclassifica em "...*Sultantiuos, Adjectiuos, Abfolutos, Verbais, Poffeffiuos, Relatiuos,*

Comparatiuos, & Superlatiuos." (36v); pronome, que define como "...aquelle, que se põe em lugar de nome de qualquer couza." (46r); verbo (46v-62r): "*Todos os verbos desta língua se diuidem em dous generos. I. Actiuos, & Não actiuos.*" (46v); particípio (62r-65r); preposição (65r-68v), reconhecida por ele – e também por Anchieta, aliás (cf. Anchieta 1595: 12 v e 40 r) – como posposição: "*Todas as preposições desta lingua, se podem melhor chamar posposições, por que sempre se põem depois do nome, que regem.*" (65r); advérbio (68v-80r), que define como "...hũa parte da oração, que não rege calo, mas serue de dar força, & efficacia com seu lignificado aos verbos, & nomes, pera lignificarem cõ mais inergia." (68v); interjeição (80r-80v), que define como: "... hũa parte da oração, com que lignificamos os affectos do animo, como trífteza, alegria, dor, laudades. &c." (80r); conjunção (80v-81v), que não define; e duas pequenas partes finais: "Da Sintaxe, ou construção das partes da oração" (81v-91r) e "Da Syllaba" (91r-91v).

4.1.3 Nos dois dicionários que tomamos como material de observação no período missionário, o VLB (=Ayrosa 1938 [1622]) e o Anônimo 1795 (=Ayrosa 1934 [1795]), o modo de organização do material linguístico é de outra natureza, evidentemente, mas, ainda que raramente explicitados, é o mesmo modelo das oito partes da oração que serve de critério de disposição dos verbetes e de metalinguagem de descrição, em franca concordância com o disposto em Anchieta e Figueira. Observe-se, por exemplo, o VLB: «**A, ao, aos, ec.** — praepo. deacusat. ad. I. in, pe, l, me, in fine, ut aço cope, uou há roça, [...]» (Ayrosa 1938 [1622]: 81); ou ainda, «**Gauar ou gabar alguém do q. fez, ou dice, não tem pprio. uerbo, mas há aduerbios q. iuntos aos uerbos fazem o mesmo sentido. s.** – Murû. E. Muruangaba, ut. Aê. eu disse. Aêmuruãgaba, quase dicat, eu disse-lh'o mui galantemente, [...]» (id. 247).

No dicionário Anônimo de 1795, no formato Português-Brasiliiano, estão indicadas quase que só as preposições, interjeições e conjunções. Como nos exemplos: «**Á** (proposição (*sic*) de acusativo) – *Pupê*» (Anônimo 1795: 41); «**Ai !** interj. de dor – *Acái* [...]» (Anônimo 1795: 48). Verbos e nomes só são explicitamente indicados se houver ambiguidade na língua fonte, como em «**Por** (prepos.) – *Rupî* [...] *Pôr* (verbo) – *enói* [...]» (Anônimo 1795: 108). A versão Brasiliiano-Português, ampliada em vocábulos e comentários, sobeja em

informações gramaticais, certamente aí acrescentadas pelo editor (cf. Ayrosa 1934 [1795]: 127-128).

4.1.4 Embora utilizado desde Anchieta e Figueira, o conceito de partes da oração só está definido de forma explícita nesta tradição, no texto anônimo do século XVIII (=Códice 69), em que se lê:

Oito são as partes que pode ter a Oração, a saber: Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposição; Adverbio, Interjeição e Conjunção. Chamão-se partes da Oração, não porque ellas concorrão todas sempre juntas na Oração, mas sim porq não pode haver Oração, em que não haja algumas dellas; e Oração succede muitas vezes, em que concorrem todas juntas. (Códice 69, s.d.: 107)

Este texto, de provavelmente mais de um autor e de pelo menos dois copistas (cf. Edelweiss 1969), é pouco original em relação aos dois precedentes, de Anchieta e Figueira. O(s) autor(es) mantêm os conceitos de advérbio –“*O advérbio he uma parte da oração, que serve de declarar, e esforçar mais a significação dos verbos, e nomes, a que se ajunta;...*” (Códice 69s.d.:179) –; de preposição: “*A preposição emquanto tal sempre se pospoem, e porisso se chamarão melhor posposições.*” (204/205); de interjeição: “*A Interjeição he uma parte da oração, que declara os affectos do animo.*” (194); de pronome: “*Pronome he aquelle; que se poem em lugar do nome de qualquer couza.*” (129/130); e sobre as conjunções fica-se sabendo que “*...algumas se antepoem, outras são várias na collocação:...*” (205). Nomes continuam subclassificados em “*... substantivos, adjectivos, absolutos, verbaes, possessivos, relativos, comparativos, e superlativos.*” (107); e os verbos, em ativos e não-ativos:

Verbo he uma ordem de palavras que por si fallão [ilegível] a sutileza dos homens tem inventado para saberem com fundamento todos os idiomas. Isso supposto, he de saber, que todos os verbos desta Lingua se dividem em dous generos, que vem a ser activos, não activos. (135/136).

4.2 Partes da oração na produção linguística do Segundo Império

4.2.1 Faria 1858 e Dias 1858 praticamente retomaram a tradição jesuítica tal e qual, com pequenas variações, nem sempre

vantajosas, do ponto de vista descritivo. Gonçalves Dias, aliás, o declarou abertamente no Prefácio, e também ao longo do seu *Dicionário*, as fontes em que se baseou, ignorando, ao que parece, a especificidade e a sincronia dos vários documentos consultados, o que lhe valeu, como se viu, pesadas críticas da geração que o sucedeu. Observe-se:

Tomei por baze o vocabulario, que o autor da 'Poranduba Maranhense' accrescentou ao seu trabalho, valendo-me da Grammatica do Padre Figueira, do Diccionario Brasileiro, publicado por um anonymo em Lisboa, no anno de 1795, de um Manuscripto com que deparei na Bibliotheca Publica do Rio de Janeiro, e cujo titulo me esquece agora, de outro Diccionario, também manuscripto, da Bibliotheca da Academia Real das Sciencias, de Lisboa, e de quatro dos cadernos que acompanharão as remessas do nosso distincto e infatigavel naturalista – Alexandre Rodrigues Ferreira, durante a sua commissãoscientifica pelo Amasonas nos annos de 1785, 86 e 87. (Dias 1858: Prefácio: VI-VII).

O conjunto vocabulário amalhado por Dias compõe-se de palavras Tupi e seus respectivos significados em Português (1-191). Os verbetes (c. de 4 mil) só informam a classe gramatical a que a palavra pertence nos casos em que uma mesma forma apresenta várias possibilidades de uso. Não se faz distinção sistemática dos registros – apesar de haver algumas menções esparsas ao contexto de utilização de alguns termos – e também não é abordada a etimologia dos vocábulos selecionados. Mesmo assim, é possível presumir, pela descrição de alguns verbetes, qual o modelo gramatical que lhe serviu de descritor: Ex. «*Ramé* (Dias 1858: 156, todos os grifos que se seguem são meus), **adverbio** de tempo com interrogação»; «*Oro* (*id.* 129), artigo do gerúndio dos **verbos não activos**.»; «*Maranemépe* (*id.* 92), em que **conjunção** de tempo?»; «*Me* (*id.* 95), na (**preposição**), II.Partícula que se acrescenta aos verbos...»; «*R* (*id.* 154) [...] Todos os **nomes**, que começam por *T* ou *Ç*, mudão estas letras em *R*, quando estão precedidos da pessoa ou cousa, a que se referem.»; (*id.* 54) «[...] Neste caso e tempo os **pronomes** – eu, tu, elle, tradusem-se por *gui*, *e*, *o*.»; «*Mi* (*id.* 97), particula que se antepõe aos verbos activos para formação dos **participios** passivos».

4.2.2 Para Faria (1858: 3), “*Dez saõ as partes da oraçãõ; a saber: Nome, Pronome, Verbo, Participio, Preposiçãõ, Adverbio,*

Interjeição, Conjuncção, Dicção e Artigo.” Embora siga Figueira de perto em múltiplos aspectos, e julgue “... *desnecessaria a definição de todas as partes da oração por me persuadir que só farão uzo deste Compendio aquelles, que já tiverem noções Grammaticaes.*” (Prefacio: III), Faria acrescentou mais duas categorias ao tradicional elenco de oito partes: a ‘dicção’, sobre a qual apenas afirma que: “*Algumas dicções ha, que sós por si nada significãõ; mas que juntas a algumas partes da oração lhes daõ sentido differente.*” (p. 23), e o ‘artigo’, cuja especificidade em relação aos pronomes não esclarece e em cujos exemplos retomou Figueira 1687, literalmente, por ex.: “*Estes pronomes e artigos correspondem aos pronomes seguintes. Eu, tu, elle; nós, vós, elles. Ixê, indé, i; iandé ou ore, peé, i. 1.º artigo. A, eré, o; ia ou orò, pe,o. 2.º [artigo] Ai, erei, oi; iai ou oroi, pei, oi.*” (p. 15).

4.2.3 É a parte referente às *Notas sobre a língua geral ou tupí moderno do Amazonas* (pp. 307-317) que contém as rápidas observações gramaticais de Hartt sobre a língua que designa como Língua Geral, ou Tupi Moderno do Amazonas. Não se trata, ainda, do prometido material ‘volumosíssimo’ para ilustrar a estrutura e o gênio da língua, conforme revelam seus comentários iniciais (cf. Hartt 1937: 310). A parte descritiva das suas *Notas* diz respeito, principalmente, aos sons da língua e a peculiaridades de sua pronúncia; à morfologia nominal (nomes e adjetivos) e verbal, que descreve e exemplifica rapidamente; ao uso dos pronomes (possessivos, demonstrativos, relativos); e à introdução de termos portugueses no léxico da língua.

O opúsculo foi escrito no século XIX, quando a Língua Geral Amazônica já teria sofrido, pois, muitas transformações desde seus primeiros registros. Hartt procurou fazer uma análise do desenvolvimento e das mudanças desta língua ao longo do tempo, como se observa no seguinte exemplo:

O antigo Tupí usava a miúde as letras dobradas *nd* e *mb*, esta última quasi sempre inicial. Não obstante serem as velhas formas preservadas aqui e alí, a tendência geral foi para usar *n* em vez de *nd*, e *m* em lugar de *mb*. Assim, a antiga forma do pronome da segunda pessoa do singular era *indé*, e posto que ainda se use, a forma mais comum é *iné*; assim também o verbo *mendar*, casar, se tornou *menar*; mas em nenhum caso, que eu saiba, houve queda do *n* ficando *d* sozinho [...]. (Hartt 1937 [1872]: 308)

4.2.4 Couto de Magalhães é o autor mais interessante de toda essa geração e quem efetivamente traz propostas que se revelarão inovadoras para a descrição da língua: a adoção de um alfabeto fonético¹²; a distinção explícita entre modalidade oral e modalidade escrita de língua, e a consequente distinção entre som e ortografia;¹³ a língua falada como objeto de observação¹⁴.

A primeira parte da obra, *Curso da lingua geral, segundo Ollendorf, comprehendendo texto original de lendas tupis*, é uma gramática pedagógica organizada de acordo com o método de Ollendorf¹⁵: *O Curso de língua Tupí viva ou Nhehengatú. Parte pratica* consiste em dezessete lições em que constam, em cada uma, diálogos Português/ Nhehengatu relativos ao cotidiano dos falantes, seguidos de um pequeno vocabulário referente ao tema de cada lição e esclarecimentos gramaticais do autor (14-92). Seguem os *Exercícios pelo Methodo de Ollendorf, Português/ Nhehengatu*, em sua maioria,

¹² “Quanto aos sons das letras, nós adoptamos o alphabeto phonetico de Magnus Lepsius com os valores que abaixo indicamos...” (Couto de Magalhães 1876: 1)

¹³ “Ha um som gutural de difficil representação, porque não existe semelhante em nenhuma das linguas europeas, e é o que representaremos pelo *i* tartarico e chinez. Para pronuncial-o abra-se a boca, encolha-se a língua, contraiham-se os labios, e pronuncie-se o *i* na garganta, e será o som. Este som é o que os grammaticos jesuitas representavam pelo *y*, ou *i* grosso.” (Couto de Magalhães 1876: 2)

¹⁴ “A lingua viva actual é fallada hoje em alguns lugares da provincia do Pará, entre elles Santarem e Portel, no rio Capim, entre descendentes de índios ou entre as populações mestiças ou pretas, que pertenceram aos grandes estabelecimentos das ordens religiosas. De Manáos para cima ella é a lingua preponderante, no rio Negro, e muito mais vulgar do que o portuguez.” (Couto de Magalhães 1876: XL)

¹⁵ Seguem-se a ela, *Textos de Lendas Indígenas* (V); *Ao Leitor* (VII-XVI); *Introdução* (XVII-XLIII); *Advertência* (XLIV); *Curso de língua Tupí viva ou Nhehengatú. Parte synthetica ou resumo das regras da grammatica* (1-13); *Curso de língua Tupí viva ou Nhehengatú. Parte pratica* (14-143); *Mythologia Zoologica na família Tupi-Guarani* (144-161); *Lendas* (162-281). A segunda parte, intitulada *Origens, costumes e região selvagem*, é «a reprodução da memória que em 1874 li no Instituto Historico com o título de **Região e Raças Selvagens**, cuja edição esgotou-se em pouco mais de 3 mezes. Nesta nova edição eu fiz augmentos e cortes no intuito de melhorar o trabalho, para corresponder ao benevolo acolhimento com que honrou-me o publico não só aqui no Brazil como em algumas partes da Europa.» (s/n). Esta segunda parte inclui ainda: *O Homem Americano* (1-23); *O Homem no Brazil* (23-40); *Línguas* (40-67); *Raças Selvagens* (68-104); *Família e Religião Selvagem* (105-147); *O Grande Sertão Interior* (147-186); *Appendice Mostrando qual é a posição do índio em presença da raça conquistadora* (187-194); *Observação* (1p); *Índice* (2pp).

sobre expressões, verbos, construções específicas da língua redigidos pelo autor de modo a aplicar o vocabulário e as regras aprendidos anteriormente (93-133). Esses exercícios incluem a tradução do *Auto de baptismo de S.A.I. o príncipe do Grão-Pará* (134-140) e do *Padre Nosso* (140-143). Encerra o curso de língua, a *Mythologiazoológica na família tupí-guaraní*, coleção de lendas e mitos colhidos, transcritos, «na mesma forma pela qual ouvio os tapuios narral-as», e traduzidos – tradução interlinear – pelo próprio autor (144-281).

Do ponto de vista da descrição gramatical, ainda que se possa surpreender no seu texto certa terminologia gramatical mais tradicional – cf. *nome absoluto* (p. 2, 4, 6, 25 *et passim*); *substantivo*, *adjetivo*, *genitivo* (p. 5, 12, 43, 51, 90 *et passim*); *artigo definido* (p.14, 25); *declinação* (p.4, 5), etc.. – seu ponto de vista sobre a estrutura gramatical da língua, que consistiu em deslocar a análise do nível da palavra para o do componente da palavra (i.e. do morfema, como diríamos hoje) é original nesta tradição.

Observe-se:

Nas línguas europeas os verbos compoem-se de uma raiz e um sufixo ou terminação, que indica as pessoas; assim: eu trabalho, decompõe-se em *trabalh*, que é a raiz, e *o*, que é o sufixo indicativo da 1ª pessoa. O mesmo se dá em todas as demais pessoas. Nas línguas americanas de que eu tenho visto grammaticas, e nas do Brazil que eu tenho ouvido fallar que não são poucas, o mechanismo é inverso, como já observei; a saber: a raiz vai para o meio ou fim, e, o que nas línguas europeas é terminação, nas nossas é anteposição ou prefixo. Assim: trabalhar, *puraukê*; eu trabalho, *a-puraukê*; tu trabalhas, *re-pu-raukê*; elle trabalha, *o-puraukê*, e assim por diante. E' a este prefixo que os grammaticos antigos chamaram artigo, e chamaram mal, porque não é senão a nossa terminação com a differença de ser anteposta. (Couto de Magalhães, 1876: 58)

A motivação central da sua descrição gramatical é a aplicação de um método linguístico-pedagógico que considera eficiente para o aprendizado da língua geral – o método Ollendorf – no contexto mais amplo de ‘resgate’ do povo selvagem da sua barbárie natural e de sua subsequente incorporação ao sistema produtivo da ‘civilização’.

Sua proposição central é que se formem intérpretes capazes de interagir com os ‘selvagens’ e suas críticas à literatura anterior se voltam não tanto ao modelo gramatical que organiza a descrição da língua, quanto ao uso que dele fizeram os jesuítas do período colonial.

Seus comentários a respeito são exemplares:

Os verbos pessoais tem particulas prefixas que indicam as pessoas. **Os grammaticos jesuitas não comprehendem isto, porque no tempo em que escreveram a philologia estava muito atrasada, e por isso qualificaram estes prefixos de artigos.** Estes prefixos tem o mesmo valor que tem as terminações dos verbos em portuguez, latim, francez, etc.; a differença está em que nas nossas linguas a particula está no fim, ou segue a raiz, ao passo que no Tupí e em quasi todas as línguas indígenas do Brazil ella está no principio do verbo, ou antecede a raiz. Convem não confundir a particula pessoal com o pronome pessoal. (Couto de Magalhães 1876: 8, grifo meu)

Nunca usam do infinito impessoal senão nos verbos impessoaes; o que se vê nos cathecismos e sermões dos jesuitas com esta fórma é equívoco proveniente do prejuizo de que todas as grammaticas deviam necessariamente ter as mesmas fórmas que as das línguas arianas por elles conhecidas. (Couto de Magalhães 1876: 10)

4.2.5 O que se observa na tradição gramatical do Tupinambá/Nheengatu no início do último quartel do século XIX é uma reorientação na escolha do modelo gramatical, que se manifesta na valorização da sintaxe como nível descritivo-pedagógico, além da morfologia, certamente por influência das gramáticas filosóficas, donde a ocorrência de uma série de metatermos ‘novos’ ligados à sintaxe, como *sintaxe analítica*, *sintaxe idiomática*, *sintaxe figurada*, *sintaxe natural*. Sympson é o caso típico.

Syntaxe é a parte da grammatica que, coordenando as palavras, conforme as relações que existem entre si, ensina a compôr a oração com acerto. Oração, ou proposição é um juizo enunciado por meio de palavras combinadas. Juizo é o acto do entendimento que julga da utilidade de duas idéas; exemplo: *Tupã páia icú*, Deus é pae. (Simpson 1877: 69)

O resultado, entretanto, é um híbrido dos dois modelos, uma vez que seu *Opusculo da gramática Brazilica* ainda apresenta o elenco das 8 partes da oração, que reinterpreta em: «[...] substantivo, adjectivo, verbo, preposição, adverbio, conjuncção e signaes [que não define].» (Simpson 1877: 4). À descrição do alfabeto da língua brasilica (do valor das vogais, dos ditongos, tritongos, prolações, figuras da dicção) (1-3); seguem-se os capítulos referentes às palavras

(substantivos, aumentativos e diminutivos) (4-5); ao adjetivo (graus de qualificação, adjetivos possessivos, demonstrativos ou relativos, pronomes relativos, demonstrativos conjuntivos, pronomes pessoais) (6-8); aos verbos de maneira geral (auxiliares, imperativos, conjuntivos); verbos regulares; verbos irregulares (9-50); verbo passivo (51-52); verbo recíproco (53-56); às preposições (56-58); aos advérbios (de lugar, tempo, quantidade, modo e qualidade, frases adverbiais) (59-65); conjunções, interjeições (65-67); à sintaxe (análise e período) e sua divisão (regência, concordância, construção, sintaxe figurada) (67-75); ortografia, hífen (76-77); aos adjetivos quantitativos (no apêndice da obra) (79-80). E, por fim, o *Cantico de Nossa Senhora em latim, portuguez e tupy* (81-87).

4.2.6 O último texto aqui considerado, a *Poranduba Amazonense* de 1890, de Barbosa Rodrigues, do ponto de vista linguístico, não tem seu foco na descrição gramatical, mas sim, no registro do vocabulário, que o autor colheu em contato com os índios, e o registro do que considerou como processo de decadência por que passou a Língua Geral desde suas primeiras descrições. O grande interesse desse material está justamente na retrospectiva feita pelo autor, tanto da documentação linguística disponível, quanto das formas linguísticas que observou, e cujo registro histórico compilou, indicativo do clima intelectual do momento, por sinal, orientado para a gramática histórica. Observe-se um trecho, apenas, do quadro comparativo que publicou ao final da *Poranduba* e seus comentários em nota¹⁶:

¹⁶ Apresentamos, a título de ilustração, apenas uma parte do *Quadro* de Rodrigues (1890), em benefício do espaço. O quadro original traz, ainda, o registro das mesmas formas em, tal como citado pelo autor, Figueira (1687), Dicionário Brasileiro (1795), Luccok (1820) (*sic*), Pe. Seixas (1852), Gonçalves Dias (1857), Faria (1858), Martius (1863), Couto de Magalhães (1876), Sympson (1877), Amaro Cavalcanti (1883).

QUADRO em que se mostra adulteração da lingua pela pronuncia e pela orthografia (Rodrigues 1890)

1555 ANCHIETA HESPAÑHOL		1580 LERY FRANCEZ	1614 IVO ÉVREUX FRANCEZ	1640 MONTTOYA HESPAÑHOL
<i>Avô...</i>	Tamûya	---	Tamonha	Tamuya
<i>Filho...</i>	Taira	Taiit	Taire	Tayra
<i>Filha...</i>	Tagira	---	Tagire	Tajira
<i>Irmão mais velho...</i>	Tiguiira	Tequeit	Teircure	Tendyra
<i>Irmão mais moço...</i>	Tibéra	Tebure	---	---
<i>Irmã mais moça...</i>	Tiquera	Tenadire	Theindure	---
<i>Chefe...</i>	Tibiaba	Tubichav	Taichau	---
<i>Cousa cheia</i>	Tinicém ⁽¹⁾	---	---	---
<i>Liquido...</i>	Ti	---	---	Ty
<i>Licôr...</i>	Ticû	---	---	---
<i>Ardor...</i>	Tái	---	---	---
<i>Aldeia Extincta...</i>	Tapéra ⁽²⁾	---	Tapéra	---
<i>Caboclo...</i>	Tapiia	---	Tapui	---
<i>Cabana...</i>	---	---	---	---
<i>Muito...</i>	Tiba	---	---	---
<i>Pó...</i>	Tubira	---	---	Tibuyra
<i>Velho...</i>	Tuibaê	---	Thuyuae	Tijuaê
<i>Deus...</i>	Tupa	---	---	Tupana
<i>Sobancelha.</i>	Tibitaba	---	---	---
1	Oyepé	Augépé	---	lipé
2	Mocói	Mocouéin ⁽³⁾	---	Mocoi
3	Moçapir	Mossaput ⁽⁴⁾	---	Moçapyr
4	Oyuirundic	Oioicudic	---	---
5	---	Ecombó	---	---

(¹) Houve a mudança da aspiração *h*, conservada pelos hespanhoes, porém que os portuguezes desde Anchieta mudaram pra *c*, levados pela sua phonetica, como em *hoê*, carne, *hendy*, accender, que transformaram em *çoê* e *cendy*.

(²) É indubitavelmente o *tauakuera* de *taua* aldeia e *kuera*, que foi, como ainda hoje se pronuncia no Amazonas, e é a verdadeira pronuncia primitiva que a índole da lingua hespanhola mudou o *q* em *g* e o portuguez transformou em *tapera*. É este um dos pontos mais notaveis que separa o Nheengatu do Guarany. O hespanhol sempre que antes de *u* ha uma aspiração, que em geral se representa por *h*, substitue esta por *g*, o que modificou a língua mãe, que n'esse ponto foi melhor conservada no Amazonas. Essa

adulteração que se deu na língua dos Tupis, estendeu-se a todas as línguas americanas, que sofreram o influxo hespanhol. Assim o Tupi, que, como ainda hoje o Tembê selvagem, pronuncia *hahú* (açú ou uaçú) *huahú* aspirando o *u*, o hespanhol mudou para *guaçú*, como o kichua *huano*, excremento, foi mudado para *guano*. O tupi ainda hoje puramente diz *uyó*, *flecha*, debaixo, *uruá*, caramujo, *uatapy*, buzio, etc., que os guaranis civilizados dizem *guib*, *guaraná*, *guirá*, *jaguara*, *guariba*, *guatá*, *guirpe*, *uruguá*, [Obs.: o original não assinala, no quadro, o local da nota 2]

(³) Houve mudança *ó* para *ou* causada pela pronuncia franceza.

(⁴) Trocou o som de *y* pelo do *u* francez, cujo som é semelhante. [...]

A título de conclusão

Do ponto de vista descritivo, estão delineados desde Anchieta os principais problemas que caracterizaram a produção linguística sobre o Tupi/ Nheengatu como tradição gramatical, até o século XIX, pelo menos, e como objeto de teorização, a partir do século XX¹⁷: a autonomia/ não autonomia morfossintática das partes variáveis da oração, notadamente o estatuto dos ‘nomes’ em relação aos ‘verbos’, e o conseqüente papel dos marcadores pessoais nessa equação; a tendência geral da língua à sufixação e a representação fonético-fonológica dos sons da língua.

Com efeito, um dos problemas com que certamente se depararam os primeiros descritores da língua foi estabelecer, na cadeia da fala, os limites de cada ‘dicção’ para, em seguida, classificá-la em uma das oito partes de que se compunha a oração, tarefa dificultada pelo fato do Tupinambá não ser uma língua flexional como o latim, ou os romances ibéricos. Os nomes em Tupinambá não tinham marcas morfológicas de declinação, gênero, ou número e pareciam ser passíveis de flexão temporal, e os verbos, por sua vez, poderiam ser também interpretados como adjetivos, dependendo da partícula que se acoplasse a eles. Os missionários, e também os autores do século XIX que se apoiaram nesta literatura, todos assinalaram a ausência de declinação dos nomes da língua, i.e., a rigor, a ausência de marca morfológica dos casos sintáticos, o que não os impediu de reconhecer a equivalência funcional de outros processos do Tupinambá, sintáticos ou semânticos, aos casos latinos.

¹⁷ Não por acaso, pois, é Anchieta que se menciona nos estudos dos especialistas do século XX, e não Figueira, como parecem preferir os estudiosos do século XIX.

Assim é que, invariavelmente, se observa que «...como em português, os nomes [do Nheengatu] se declinam por meio de preposições que, como vão sempre depois do nome, chamaremos posposições.» (Couto de Magalhães 1876: 4; cf., ainda, Anchieta 1595: 40r; Figueira, 1621: 2v; Códice Coimbra 69: 136-137; Faria 1858: 3; Sympson 1877: 72-73). Da mesma maneira que se descobriam que os nomes das modernas línguas românicas, sem flexão de caso, haviam substituído as formas latinas declináveis, provocando uma reavaliação das construções com preposições (Robins 1967: 79-80), os nomes do Tupinambá e do Nheengatu provocaram, por analogia formal, uma reavaliação das posposições.

Na impossibilidade de distinguir as raízes nominais das verbais pela flexão, foram as formas número-pessoais que antecediam as raízes que constituíram (embora não sem problemas) o critério classificatório: às formas *a-*, *ere-*, *o-*, *oro-*, *ia/ya-*, *pe*, *o-*, [1^a, 2^a, 3^a pessoas sing. e pl., inclusiva/ exclusiva, respectivamente], que Anchieta denominou *artigos*, sucediam os verbos ativos; às formas *pronominais* *xe*, *nde*, *y/í*, *ore*, *yande*, *pe*, *y/í* [1^a, 2^a, 3^a pessoas, sing. e pl., inclusiva/ exclusiva, respectivamente], sucediam os nomes (adjetivos e substantivos) e alguns verbos neutros (Altman 2007, 2009, 2012). Figueira 1621, os dois dicionários do período missionário (VLB e Anônimo 1795), e a *Gramática* do século XVIII (=Códice Coimbra 69), Faria 1858 e Dias 1858 seguiram de perto a interpretação e a terminologia de Anchieta.

Só na segunda metade do século XIX, como se viu em Couto de Magalhães (cf. 4.2.4 acima), é que a classe do *artigo* será substituída pela dos *prefixos*. O conceito de *artigo*, por sua vez, se manterá nesta tradição, mas com outro valor, aquele da tradição greco-latina e da tradição vernacular européia, em que *artigos* são formas livres que antecedem o nome, concordam com ele em gênero e número e podem ser definidas, ou indefinidas.

Em linhas gerais, o modelo organizador de toda essa tradição gramatical foi, de fato, o das ‘oito partes da oração’ e o reconhecimento da autoridade das descrições dos missionários jesuítas sugere a recepção positiva dos autores da primeira metade do século

XIX ao modelo latino de referência (tipicamente Faria 1858 e Dias 1858)¹⁸.

Somente na segunda metade do século XIX, com a valorização da oralidade, do contato direto com o falante, motivados pela necessidade prática de incorporar as populações indígenas ao ‘civilizado’ mundo luso-brasileiro é que a herança missionária gramatical seria alvo de revisões críticas. Mesmo porque, a língua mudara desde a época dos jesuítas, e, com ela, a percepção dos seus descritores sobre os modos de registrá-la. Os autores desse segundo momento, embora conhecedores de várias línguas, não eram, entretanto, filólogos. Ao contrário, lançaram-se ao trabalho linguístico de campo motivados, como se viu, ou pelo estudo da terra, como Hartt, ou por questões políticas e econômicas, como Couto de Magalhães e Sympson, ou por interesse folclórico, como Barbosa Rodrigues.

Como consequência, o que se verá nas décadas seguintes é o emergente campo de estudos linguísticos no Brasil se dividir em duas práticas distintas: uma, proposta como filantrópica, para a qual não se requeria treino científico e, sim, abnegação para descrever a ‘língua selvagem’ e lidar com o homem primitivo; outra, percebida como científica, resultante do estudo teórico sobre ‘línguas nobres’, civilizadas: as filologias indo-europeias.

Bibliografia

- Alfaro (2004): Consuelo Alfaro, “La Lingua Geral Amazônica y los estúdios de Couto de Magalhães (1837–1898).” *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana* (RILI), n. 2:1.3, pp. 55-70.
- Altman (2003): Cristina Altman, “As Línguas Gerais e a Empresa Missionária Colonial. Linguagem e Representação Metalingüística” em José R. Bessa Freire & Maria Carlota Rosa (orgs.), *Línguas Gerais: Política Lingüística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*, Rio de Janeiro, EDUERJ, pp. 77-83.

¹⁸ Cf. também o subtítulo à gramática de Luccok, John. 1881/ 1882, *A grammar and vocabulary of the tupi language*. Partly collected and partly translated from the works of Anchieta and Figueira noted Brazilian missionaries. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & Laemmert.

- Altman (2007): Cristina Altman, "Artigos e Pronomes na Tradição Lingüística Missionária da Língua mais Falada na Costa do Brasil" em Martina Schrader-Kniffki y Laura Morgenthaler García (eds.), *Romani en interacción: entre historia, contacto y política. Ensayos en homenaje a Klaus Zimmermann*, Frankfurt am Main, Iberoamericana/ Vervuert, pp. 837-854.
- Altman (2009): Cristina Altman, "Retrospectivas e perspectivas da historiografia linguística no Brasil." *Revista Argentina de Historiografía Lingüística* (RAHL) n. 1:2, pp. 115-136.
- Altman (2012): Cristina Altman, "A herança missionária na tradição gramatical do Tupinabá. Notícias de um Projeto.", Rio de Janeiro, no prelo.
- Altman e Coelho, coords. (2006): Cristina Altman e Olga Coelho, *Documenta grammaticae et historiae: projeto de documentação lingüística e historiográfica (sécs. XVI-XIX)*, São Paulo, CEDOCH-DL-USP/CNPq.
- Anchieta (1595): José de Anchieta, *Arte de Grammatica da Lingoa mais Vjada na Cofta do Brafil. Feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de I E S V*. Em Coimbra per Antonio de Mariz.
- Anônimo (1795): *Diccionario Portuguez-Brasiliانو*. V. Ayrosa 1934 [1795].
- Ayrosa (1934 [1795]): Plinio Ayrosa, *Diccionario Portuguez-Brasiliانو e Brasiliانو-Portuguez*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- Ayrosa (1938 [1622]): Plinio Ayrosa, *Vocabulario na Lingua Brasílica*. (Manuscrito português-tupí do século XVII, coordenado e prefaciado por Plinio Ayrosa), São Paulo, Departamento de Cultura.
- Barros (1540): João de Barros, *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Lisboa, Luiz Rodriguez.
- Barros (1994): Maria Cândida D. M. Barros, "Os Intérpretes Jesuítas e a Gramática Tupi no Brasil (século XVI)". *Cadernos do Museu Paraense Emílio Goeldi* n. 4.
- Bessa Freire (2004): José R. Bessa Freire, *Rio Babel. A história das línguas na Amazônia*, Rio de Janeiro, EDUERJ-Atlântica.
- Bueno (1983): Francisco da Silveira Bueno, *Vocabulário Tupi Guarani*, São Paulo, Nagy.
- Câmara Cascudo (2003): Luís da Câmara Cascudo, 9ª. ed., *Antologia do Folclore Brasileiro*, Vol. 1, São Paulo, Global.

- Cerrón-Palomino (1997): Rodolfo Cerrón-Palomino, "La Primera Codificación del Aimara" em Klaus Zimmermann (ed.), *La Descripción de las Lenguas Amerindias en la Época Colonial*, Frankfurt am Main, Vervuert/ Madrid, Iberoamericana, pp. 195-257.
- Código 69 Coimbra. *Gramática da Língua Geral do Brasil. Com hum Diccionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita Língua.*
- Colombat (1988): Bernard Colombat, "Lês 'Parties du Discours' (*Partes Orationis*) et la Réconstruction d'une Syntaxe Latine au XVIe. siècle". *Langages* 92, pp. 51-64.
- Couto de Magalhães (1876): José Vieira Couto de Magalhães, *O Selvagem*, Rio de Janeiro, Typ. da Reforma.
- Dias (1858): Antônio Gonçalves Dias, *Diccionario da linguatupy*, Leipzig, F. A. Brockhaus.
- Drumond (1990): Carlos Drumond, "Apresentação" à *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta. 7a ed., São Paulo, Loyola, pp; 7-17.
- Edelweiss (1969): Frederico G. Edelweiss, *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis. Confrontos e revisões*, Rio de Janeiro, Brasiliana.
- Ehrenreich (1892): Paul Ehrenreich, "Divisão e Distribuição das Tribus do Brasil Segundo o Estado Actual dos nossos Conhecimentos". *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro* n. 8, pp.3-55.
- Evreux (1614): Yves d'Evreux 1874 [1614], *Viagem ao norte do Brasil feita nos annos de 1613 a 1614*, pelo padre Ivo d'Evreux, religioso capuchinho, publicada conforme o exemplar, unico, conservado na Bibliotheca imperial de Pariz. Maranhão, typ. do Frias.
- Faria (1858): Francisco Raimundo Correa de Faria, *Compendio da Língua Brazílica para uso dos que a ella se quizerem dedicar*, Pará, Santos & Filhos.
- Figueira (1621): Luís Figueira, *Arte de Grammatica da Língua Brasílica*, Lisboa, Manoel da Silva.
- Figueira (1687): *Arte de Grammatica da Língua Brasílica*, 2a ed., Lisboa, Miguel Deslandes.
- Gândavo (1574): Pêro de Magalhães de Gândavo, *As regras que ensinam a Ortografia da Língua Portuguesa, com hum Diálogo que*

adiante se segue em defesa da mesma língua, Lisboa, António Gonçalves.

Gimenes (1999): Luciana Gimenes, *As Formas de Saber sobre as Línguas do Brasil no Século XVI. Uma contribuição para Historiografia Lingüística do Brasil Colonial*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Hartt (1937 [1872]): Charles Frederik Hartt, *Notas sobre a lingua geral ou Tupi moderno do Amazonas*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

Hervas (1800): Lorenzo Hervás y Panduro, *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, división, y clases de éstas según la diversidad de sus idiomas y dialectos*. 6 vols., Madrid, Ediciones Atlas, 1979 [1800–1805]. (1a ed. it., *Catalogo delle lingue conosciute e notizia dell loro affinitá, e diversitá*. Cesena, 1785).

Leite (1936): Aureliano Leite, *O Brigadeiro Couto de Magalhães*, Rio de Janeiro, Gráfica Sauer.

Leite (1938): Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo II (*Século XVI □ A Obrà*), Lisboa, Portugalía/ Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Léry (1580): Jean de Léry, *Histoire d'un Voyage Faict en la Terre du Brésil, autrement Dite Amérique*. 2a ed., Genebra, Antoine Chuppin (1ª ed., La Rochelle, 1578).

Luccok (1881/ 1882): John Luccok, *A grammar and vocabulary of the tupi language*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de E. & Laemmert.

Magalhães (1913): Couto de Magalhães, sobrinho, "Prefácio da segunda edição", *O Selvagem*, Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ EDUSP, pp. 13-20.

Magalhães (1981): Erasmo Magalhães, *Digressões a Partir de um Manuscrito*, Tese de Livre-Docência, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Mamiani (1877 [1699]): Luis Vincencio Mamiani [della Rovere], *Arte de Grammatica da Língua Brasilica da Naçam Kiriri*, 2a ed., Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. (1a ed., Lisboa, Miguel Deslandes;

- trad. alemã por Hans Cononvon der Gabelentz, Leipzig, F.A. Brockhaus, 1852.)
- Martius (1969 [1867]): Karl F. P. Von Martius, *Wörterammlung Brasiliannischer sprachen/ Glossaria Linguarum Brasiliensium/ Glossários de Diversas Línguas e Dialectos, que Fallao os Indios no Império do Brazil*, Wiesbaden, Martin Sändig.
- Menezes (1878): Carlos Alberto de Menezes, *Biographia do professor americano Carlos Frederico Hartt. Chefe da Comissão Geologica do Brasil fallecido no Rio de Janeiro a 18 de março de 1878. Publicada em homenagem á sua memória pelos estudantes da Escola Polytechnica*, Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo.
- Montoya (1640): Antonio Ruiz de Montoya, *Arte, y vocabulario de la lengua guarani*, Madrid, Cultura Hispânica.
- Moreira (1975): Vivaldi Moreira, "Prefácio da Presente Edição. Couto de Magalhães e O Selvagem." *O Selvagem*, Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ EDUSP, pp. 7-10.
- Navarro (1995): Eduardo de Almeida Navarro, *A problemática lingüística do Renascimento às Missões e as Gramáticas da Língua Tupi de José de Anchieta e Luís Figueira*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- Oliveira (1933 [1536]): Fernão de Oliveira, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, 3a ed., (feita de harmonia com a primeira sob a direção de Rodrigo de Sá Nogueira), Lisboa, Tipografia Beleza.
- Parada (2002): Vânia Parada, *As línguas da América do Sul no século XVIII. Catálogo, Vocabulário e Saggio de Lorenzo Hervás*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- Prezia (2000): Benedito A. Prezias, *Os Indígenas do Planalto Paulista — nas crônicas quincentistas e seiscentistas*, São Paulo, Humanitas.
- Robins (1967): Robert Henry Robins, *A Short History of Linguistics*, London, Longman/ Bloomington, Indiana Univ. Press.
- Robins (1986): Robert Henry Robins, "The Technē Grammatikē of Dionysius Thrax in its Historical Perspective: the evolution of the traditional European word class systems" em Pierre Swiggers & Willie Van Hoecke (orgs.), *Mot et Parties du Discours. Word and Word Classes. Wort und Wortarten*. Leuven, Peeters, pp. 7-37.

- Rodrigues (1890): J. Barbosa Rodrigues, *Poranduba amazonense ou Kochiyma-Uara Porandub*, Rio de Janeiro, pela tipografia de G. Leuzinger & filhos.
- Rodrigues (1993): Aryon Dall'Igna Rodrigues, "Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas". *DELTA. Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada*, n. 9.1, pp. 83-103.
- Rodrigues (1994): Aryon Dall'Igna Rodrigues, *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Loyola.
- Rodrigues (1996): Aryon Dall'Igna Rodrigues, "As Línguas Gerais Sul-Americanas", *Papia* n. 4:2, pp. 6-18.
- Rodrigues (1997): Aryon Dall'Igna Rodrigues, "Descripción del Tupinambá en el período colonial: elArte de José de Anchieta" em Klaus Zimmermann (ed.), *La Descripción de las Lenguas Amerindias en la Época Colonial*, Frankfurt am Main, Vervuert/Madrid, Iberoamericana, pp. 371-400.
- Rodrigues (1998): Aryon Dall'Igna Rodrigues, "O Conceito de Língua Indígena no Brasil, I: Os primeiros cem anos (1550–1650) na costa leste." *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, São Paulo, Pontes, pp. 59-78.
- Romero (1888): Silvio Romero, *Ethnographia brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga e Ladisláo Netto / Sylvio Romero*, Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Alves.
- Rosa (1995): Maria Carlota Rosa, "Acerca das Duas Primeiras Descrições Missionárias de Língua Geral". *Amerindia. Revue d'Ethnolinguistique Amerindienne* 19/20: 273-184.
- Sedola (1994): Sabina Collet Sedola, "La Castellанизación de los Indios (S. XVI-XVII). Conquista del Nuevo Mundo y conquista lingüística" em Ricardo Escavyet al. (ogs.), *Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística Nebrija V Centenario, 1492-1992*, Murcia, España 1992. Vol. I, II, III, Murcia, Universidad de Murcia, pp. 81-99.
- Sympson (1877): Pedro Luiz Sympson, *Grammatica da língua brazílica geral, fallada pelos aborígenes das provincias do Pará e Amazonas*, Manaus, Commercio do Amazonas.
- Tashiro (2003): Eliza Tashiro, *Documentação Missionária e Tradição Autóctone sobre a Língua Japonesa: Padrões em Língua e Padrões*

em Historiografia Lingüística. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Varnhagen (1841): Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), "Sobre a Necessidade do Estudo e Ensino das Línguas Indígenas do Brasil; lida na sessão do 1º. de agosto de 1840". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* n. 3, pp. 53-63.

VLB: *Vocabulário da Língua Brasileira*. V. Ayrosa 1938 [1622]

Zwartjes (2002): Otto Zwartjes, "The Description of the Indigenous Languages of Portuguese America by the Jesuits during the Colonial Period. The impact of the Latin grammar of Manuel Álvares." *Historiographia Linguística* 29. 1/2 pp. 19-70.